

A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Maria Célia Teixeira M. Santos

Quando fomos convidados para participar deste painel, cujo tema é "A Preservação da Memória Enquanto Instrumento de Cidadania - papel dos museus", em um evento que tem como objetivo maior discutir a formação de pessoal para museus e patrimônio, no quadro de políticas culturais de preservação e comunicação do patrimônio, da América Latina, fomos motivados a tomar esse convite como um momento de reflexão, de volta para nós mesmos, isto é: a nossa atuação como educadora, concretizada nos diversos programas que temos desenvolvido com alunos do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, estudantes e professores do 1º e 2º graus da rede oficial de ensino da Cidade do Salvador.

Esse momento de reflexão está investido de um significado especial, pois não se trata da avaliação cotidiana que estamos acostumados a realizar no processo de trabalho que desenvolvemos, mas objectiva, através dos dados e dos questionamentos apresentados, suscitar um debate que, pela primeira vez, será efetivado com a participação de colegas da América Latina que, ao participarem deste Seminário, estão contribuindo para diminuir o nosso isolamento, a ausência efetiva de uma troca de experiência, fato este constatado também entre os diversos cursos de Museologia existentes no País, fruto, talvez, de uma prática de vida universitária, onde estamos acostumados a produzir e a falar para nós mesmos.

É, pois, com entusiasmo que os convidamos a contribuir, considerando essa reflexão uma reflexão nossa, conjunta, pois temos certeza de que os problemas enfrentados na área da educação e da cultura, nos diversos países e regiões que aqui estão representados, são constituídos de especificidades, mas, muitas são as características comuns e a concepção do objetivo maior de, através dos bens culturais preservados, seja, para nós, um objetivo comum.

Utilizar a memória preservada, testemunho da História entendida como forma de existência social, nos seus diversos aspectos, econômico, político e cultural, bem como o seu processo de transformação, contribuindo para a formação de cidadãos, tem sido um dos objetivos dos programas de ação cultural que temos desenvolvido. É propósito nosso, nesse momento, traçar algumas considerações sobre os pressupostos básicos que têm norteado as nossas ações, até o presente momento, bem como apontar alguns problemas relacionados com a política de preservação em nosso país, no tocante à participação do cidadão e da preservação da nossa identidade cultural.

Para nós, o simples ato de preservar, isolado, descontextualizado, sem objetivo de uso, significa um ato de indiferença, um "peso morto", no sentido de ausência de compromisso. Entendemos o ato de preservar como instrumento de cidadania, como um ato político e, assim sendo, um ato transformador, proporcionando a apropriação plena do bem pelo sujeito, na exploração de todos o seu potencial, na integração entre bem e sujeito, num processo de continuidade. *"Uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo por sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível de constante alimentação, o que garante a uma cultura a sua sobrevivência. Para seu desenvolvimento harmonioso pressupõe a consciência de um largo segmento do passado histórico"*(5)

O entendimento e a prática da cidadania, no nosso entender, começa pelo conhecimento da realidade onde o indivíduo está inserido, a memória preservada, os dados do presente, o entendimento das transformações e a busca de um novo fazer, o que não significa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas o reconhecimento de que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação da nossa identidade cultural. Não é uma assimilação de forma nostálgica, de formas e coisas do passado, há,

neste momento, um sujeito que analisa criticamente, que recria, constrói, a partir de um referencial.

A questão da identidade cultural reveste-se, pois, de grande importância no processo de formação do cidadão. Ulpiano B. de Menezes (6) destaca que: *"exilar a memória do passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tão pouco futuro. Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenómeno humano, a mudança. Se não houver memória a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento"*.

Se entendermos a questão da cidadania como a capacidade dos indivíduos participarem das decisões políticas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade democrática, onde seus membros estejam capacitados para participar das decisões, para opinar sobre os rumos da sociedade, para interferir, apresentar seus próprios pontos de vista e compará-los com pontos de vista diversos, poderemos então constatar como estamos distantes da efetiva prática da cidadania, em nosso País, tanto em relação à política de preservação, como no processo educacional.

Na realidade, o cidadão tem sido excluído do processo de apropriação e da preservação do seu patrimônio. A busca conjunta do exercício da cidadania e da nossa identidade cultural, que deveria ser o objetivo primeiro da nossa política de preservação, não tem sido efetivada. A título de esclarecimento, destacamos que a preservação do nosso patrimônio tem se dado de forma fragmentada, norteadas por uma política de "pedra e cal", dissociada de uma proposta de preservação de cunho antropológico e social, onde, na seleção dos acervos, tem se priorizado a produção cultural de determinados segmentos da sociedade, como é o caso dos bens culturais produzidos pela Igreja Católica e pela aristocracia rural, seleção esta realizada de

forma impositiva e paternalista. É o caso, por exemplo, do patrimônio preservado em nossas "cidades históricas", onde o destaque é dado aos monumentos religiosos e aos casarões onde habitaram os senhores de engenho e a burguesia comercial, onde os habitantes locais assistem, passivamente, ou ouvem dizer que este ou aquele monumento foi "tombado", sem sequer entender o sentimento do termo e o significado desse ato exectuado pelas autoridades locais que, posteriormente, na maioria das vezes, culpa a própria comunidade local pela deterioração desse patrimônio.

O conceito de bem cultural no Brasil ainda continua muito restrito aos bens móveis e imóveis: *"Permeando essas duas categorias existe uma vasta gama de bens - procedentes sobretudo do fazer popular - que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas económicas e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte."*⁴

Uma sociedade como a brasileira caracteriza-se pela existência mais ou menos harmoniosa de diferentes tradições e visões do mundo. Gilberto Velho destaca que *"a constatação das diferenças, da diversidade e, eventualmente, das contradições não implica em desconhecer a existência de um sistema sócio-cultural mais abrangente, veiculado à própria idéia de nação. Neste sentido, a política cultural do Estado, que pretenda ser mais democrática e pluralista, deve levar em conta com o devido peso a questão da diversidade."*⁹

Na cidade de Salvador, recentemente tombada como patrimônio da humanidade, as tradições dominantes foram e continuam sendo legitimadas pelas elites. Entretanto, os costumes e valores dos grupos e segmentos sociais que ocupam posições subordinadas e hierarquicamente inferiores na sociedade não são sequer inclusos no conceito de bem cultural. Só recentemente, através

de alguns atos isolados, os organismos oficiais têm dedicado alguma atenção, procurando-se interpretar o significado de rituais, sítios etc., bem como classificar e documentar o acervo produzido em terreiros de Candomblé. Destaca-se, nesse sentido, o tombamento do Terreiro de Candomblé da Casa Branca, que se encontrava ameaçado, e depois de muita luta, reconheceu-se a legitimidade de uma tradição que, até pouco tempo, fora objeto de discriminação e perseguição.

Outro exemplo que pode ser citado é o projeto de mapeamentos dos monumentos negros da Bahia - MAMNBA - , desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Salvador, onde foram cadastrados os terreiros de candomblé da cidade do Salvador e periferia e, através de uma ficha técnica museológica, foram catalogadas as peças de arte sacra, negra existentes nos museus. Infelizmente, a equipe técnica que atuava no projeto passou a trabalhar em outros órgãos e a Secretaria de Planejamento não deu continuidade às ações planejadas e que tinham uma abrangência maior. O que demonstra, talvez, uma ausência de prioridade, de interesse, por parte do órgão.

A preservação não pode ser analisada fora do contexto educativo cultural do País, que estabelece, cria e efetiva as políticas educativas e culturais, através do "Estado Educativo". A ação cultural e educativa só pode ser entendida como instrumento de cidadania quando retiramos do obscurantismo as reais determinantes sociais e econômicas da exclusão da cidadania. *"Reduzir a questão da cidadania dos trabalhadores a uma questão educativa é uma forma de ocultar a questão base. É o que vem se tentando fazer nos últimos séculos, quando se coloca a educação como precondição para a cidadania".*¹ A preservação com um sentido funcional não deve ser uma precondição da democracia e da participação, deve ser parte, fruto e processo da sua construção.

Conferir um papel ativo e crítico à preservação e à educação é necessário, buscando assim a construção de uma nova sociedade, onde o homem possa, sem preconceitos, assumir o seu verdadeiro papel como cidadão, sujeito que faz e exerce a política. Saviani⁸ destaca que

"A educação escolar resulta ser um instrumento básico para o exercício da cidadania . Ela, entretanto, não constitui a cidadania mas sim uma condição indispensável para que o exercício da cidadania se constitua. O exercício da cidadania nos seus diferentes organismos (sindicatos, partidos etc.) não se dá de modo cabal sem o preenchimento do requisito de acesso à cultura letrada e domínio do saber sistematizado que constituem a razão de ser da escola." A preocupação com o educar para o exercício da cidadania foi sendo deixada de lado, gradualmente, e observa-se que o trabalho foi sendo dissociado da cidadania e vinculado cada vez mais ao conceito de formação profissional, ao exercício profissional, restrito e mecânico.

A análise do passado, a utilização dos acervos preservados como recurso didático, objetivando a integração do indivíduo em seu meio, de forma dinâmica e reflexiva não tem sido uma prática efetivada por nossas instituições educativas e culturais. *"As práticas pedagógicas inadequadas utilizadas pela escola e que vêm ao longo de todos os períodos da nossa História formando indivíduos pouco criativos, incapazes de produzir, observar e concluir a partir de uma análise crítica, têm sido reproduzidas pelos museus e pela grande maioria das instituições culturais."*²

Apesar de recentemente as instituições educativas e culturais terem estabelecido em seus programas objetivos que visam a participação comunitária, a incorporação desses objetivos, segundo Marilena Chauí,² visa não só absorver as manifestações populares (cultura e esporte), mas, sobretudo, "controlar", enquanto seu promotor.

Assim como no livro didático predomina o bucólico, a preservação é passada, é vista com saudosismo romântico, como exótico, como algo que foi produzido em um passado de "idéias" e não de realidade. Segundo Arroyo, os livros didáticos apresentam uma visão negativa do presente, da cidade, enquanto expressão de convívio moderno. Como educar para o futuro, para a realidade sócio-política, com esse olhar constante voltado para o passado mitificado?

Entendemos, portanto, que no processo de educar através dos bens culturais preservados, devem ser inclusos a análise e o entendimento do presente. Sem o confronto passado/presente será difícil entender o patrimônio cultural como produto do homem como sujeito da história, como resultado das relações sociais e políticas. Com um olhar vago sobre o passado, não podemos fazer História, nem sermos sujeitos da História - sujeito político, cidadão.

Nos programas de ação cultural e educativa que temos desenvolvido com alunos do Curso de Museologia, professores e estudantes de 1º e 2º graus, da rede oficial de ensino da Cidade do Salvador, utilizando os acervos existentes nos museus, os monumentos e a memória social local como recurso didático, tentamos nortear as nossas ações, com base nos conceitos até aqui apresentados. Sentimos que os resultados alcançados foram quase que arrancados a "duras pebas". As dificuldades encontradas têm sido várias e, a título de esclarecimento, destacamos as seguintes:

- tentar um engajamento no sistema educacional quase falido, ou falido, assumindo o compromisso de usar os bens culturais preservados como instrumento de mudança, evitando a alienação, tentando descobrir, juntos, que a produção dos bens culturais é o resultado da prática dos homens, da experiência comum de vida;

- tornar uma prática pedagógica do dia-a-dia da Escola a utilização dos bens culturais e da memória social, como recurso para a análise do processo de surgimento dos fatos. Tem sido difícil incorporar aos diversos programas das disciplinas a nossa proposta, pois os professores estão presos aos conteúdos impostos nos livros didáticos e são pressionados a cumprirem os programas que são formulados fora da realidade e das características de vida dos alunos. As escolas têm cedido seus espaços aos alunos e professores para participarem nos diversos projetos, mas a Secretaria de Educação não proporciona os meios adequados para a realização de programas do mesmo teor, em escala mais ampla, de acordo com as características peculiares de cada bairro e dos interesses de estudantes e professores;

- romper as amarras impostas pelas instituições destinada a zelar pelas atividades educativas e culturais, através do "tecnoburocratismo" que, segundo Gadotti,³ *"é o prolongamento do estado autoritário, da concentração de poder político, e no caso da educação, a própria concepção da educação autoritária, sobrevalorizando o planejamento, (controle) e o reconhecimento técnico-organizacional, a hierarquia, a ordem, as estruturas, a eficácia, a impessoalidade, a precisão etc."*, castrando o diálogo e a criatividade;

- vencer as pressões para apresentar um produto pronto, acabado, evitar a "fabricação". Tem sido necessária muita reflexão e paciência, para passarmos para a "ação". Essa passagem tem sido conseguida de forma gradual, estimulando para que o grupo encontre os meios e os fins, acreditando que o indivíduo é capaz de fazer. Temos sido tentados a reproduzir, nos diversos programas, os métodos adotados e os conceitos enraizados, através da educação bancária que recebemos, do saber constituído;

- quebrar a prática da "contemplação", da experiência passiva que é comumente utilizada nos programas de ação cultural, criando o maior número possível de oportunidades para que os alunos e professores participem do processo de criação.

- tentar evitar a abstração e a visão invertida do real, dismistificar a preservação dos bens culturais como um bem alienante, distante, cabendo à autoridade a responsabilidade de preservá-lo.

Como resultado dessas reflexões, constatamos que a busca da participação, do fazer conjunto, enfim, da construção, a partir de um processo de análise e reflexão, tem sido muito difícil, pois os estímulos têm sido para a apatia, para o saudosismo, para o conformismo, para a preservação e para a educação que não estão preocupados com a formação do cidadão e com o exercício da cidadania. O currículo vem pronto, cabendo ao professor aplicá-lo, quanto mais fora da realidade, mais prático e mais conveniente; a preservação dos bens culturais é tarefa das autoridades, a elas cabe selecionar e preservar, ao indivíduo cabe apreciar, se possível

mantendo a devida distância; é o produto da vitrine, raro, distante, distante, cujo entendimento e acesso são permitidos somente a um grupo privilegiado.

É necessário, portanto, uma nova estrutura e uma redefinição da articulação entre os órgãos centrais das áreas da cultura e da educação, tentando dar um novo sentido às ações culturais e educativas. É preciso, entretanto, evitar que se caia em um populismo falso e demagógico. Consideramos de fundamental importância a discussão de critérios, a partir de uma reflexão sistemática e interdisciplinar.

A atuação dos cursos de museologia é de fundamental importância, desde que estabeleçam como objetivo maior a formação de profissionais com o conhecimento da nossa realidade social, comprometidos não com a burocracia das instituições e com a preservação de coleções para serem simplesmente armazenadas, como se os museus fossem grandes "silos", mas, formando o técnico comprometido com os diversos segmentos da sociedade, principalmente os que até o presente momento foram alijados e não usam as produções culturais. O profissional organizador da cultura e não o reproduzidor da cultura dominante.

Para que esse novo fazer do profissional museólogo aconteça, torna-se premente a revisão dos currículos dos cursos, realizando um trabalho conjunto entre profissionais, alunos e professores, adequando-os às peculiaridades de cada região, não só a nível da produção cultural, mas de acordo com as características sociais, políticas e econômicas, sem as quais seremos apenas técnicos-"mecanicistas", estudando os objetos isoladamente, como se não fossem o resultado da produção do homem, em seu meio social e que estão apontando outras ações a serem executadas.

A ação cultural e a preservação dos bens culturais só têm sentido, no momento que visem a autonomia e a participação, que contribuam efetivamente para o exercício da cidadania. É grande a nossa responsabilidade, no sentido de lutar pela consecução desse objetivo maior, em nossa área de atuação, aproveitando as

oportunidades oferecidas, mesmo que venham da hegemonia do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 - ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão de cidadania. In: EDUCAÇÃO e cidadania. São Paulo: Cortez, 1987. p. 31-79.
- 2 - CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 3 - GADOTTI, Moacir. A concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1988.
- 4 - MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 20, p. 40-44, 1984.
- 5 - _____. E Triunfo? : a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; (Brasília): Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- 6 - MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 20, p. 33, 1984.
- 7 - SANTOS, Maria Célia T. Moura. A escola e o museu no Brasil: uma história da confirmação dos interesses da classe dominante. Mimeogr.
- 8 - SAVANI, Dermeval. Educação, cidadania e transição democrática. In: A CIDADANIA que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 30-45.
- 9 - VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. Revista do Patrimônio Histórico Nacional, n. 20, p. 37-39, 1984.

BIBLIOGRAFIA

- APPLE, Michel W. Educação e poder. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARANTES, Antônio Augusto (Org.) Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- BOSI, Alfredo. Cultura brasileira. In: FILOSOFIA da educação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 239 p.
- COELHO NETO, José Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).
- _____. Usos da cultura: política de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FEIJÓ, Martim Cezar. O que é política cultural. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).
- GADOTTI, Moacir. Educação e compromisso. Campinas: Papirous, 1985.
- GIROUX, Henney. A escola crítica e a política cultural. São Paulo: Cortez, 1988.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública. a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1989.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasília: Secretaria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 22, 1987.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo: EPU, 1986.